



# Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus

Rua Pedro Marinho Gomes, nº 67 – Padre Viegas – Mariana – MG – Brasil

Utilidade Pública: Lei Estadual n.º 7245 de 12/06/78-Lei Municipal n.º 949 de 12/09/91

CNPJ 21.103.551/0001-50 | cmscj1890@gmail.com



## PLANO DE TRABALHO CORPORACÃO MUSICAL SAGRADO CORACÃO DE JESUS

### 1 - Dados Cadastrais

Órgão /Organização da Sociedade Civil (Convenente) <b>Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus</b>				CNPJ: <b>21.103.551/0001-50</b>	
Endereço <b>Rua Pedro Marinho Gomes, nº 67 – Padre Viegas</b>					
Cidade <b>Mariana</b>	U.F. <b>MG</b>	CEP <b>35.420-000</b>	Telefone <b>(31) 9 8382-5617</b>	Email <b><u>cmscj1890@gmail.com</u></b>	
Nome do Responsável <b>Joaquim Gomes</b>		CPF <b>164.386.986-87</b>	C.I. <b>MG-548.040 PC/MG</b>		CARGO <b>Presidente</b>
Endereço do Responsável <b>Rua Aníbal Walter, nº 111, Centro, Mariana/MG</b>			CEP <b>35.420-123</b>	Telefone de Contato <b>(31) 9 8382-5617</b>	

### 2 - Descrição do Projeto/Objeto

Título do Projeto: <b>Manutenção das atividades da Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus de Padre Viegas</b>	Período de execução (Início e Término) <b>01/06/2026 à 31/12/2026</b>
Vinculação Legal: <b>Emendas Impositivas 2026</b>	Unidade Administrativa de Apoio: <b>Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo de Mariana</b>
Identificação do Objeto: Promover o acesso à educação musical e a valorização da cultura local em Padre Viegas, distrito de Mariana/MG, por meio do fortalecimento da Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus, incluindo investimentos em instrumentos musicais, infraestrutura da sede, equipamentos, materiais de consumo e manutenção das atividades da escolinha de música.	
Justificativa da Proposição: A Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus, fundada em 20 de junho de 1890, no então Sumidouro de Mariana — atual distrito de Padre Viegas/MG — constitui um importante patrimônio histórico, cultural e social do município. Ao longo de mais de um século de existência ininterrupta, a instituição tem desempenhado papel fundamental na preservação e difusão da tradição musical, sendo responsável pela formação de gerações de músicos e pela valorização da cultura local. Entre seus fundadores, destaca-se o Sr. Antônio Batista de Macedo, tendo como primeiro maestro o músico e compositor Sr. Pedro Paulo de São Romão. Ao longo de sua trajetória, a Corporação contou com importantes nomes da música local, como os maestros Eduardo Thereza de Macedo, Luiz Beltrão da Silva e Jovelino Marciano Gonçalves, conhecido como “Sô Jove”, que dedicou 36 anos à condução da Banda. Posteriormente, a regência esteve sob responsabilidade do Maestro Geraldo de Jesus Gomes	

*Franco*



# Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus

Rua Pedro Marinho Gomes, nº67 – Padre Viegas – Mariana – MG – Brasil

Utilidade Pública: Lei Estadual n.º 7245 de 12/06/78-Lei Municipal n.º 949 de 12/09/91

CNPJ 21.103.551/0001-50 | cmscj1890@gmail.com

Comissão de Licitação  
Folha: 09

e, atualmente, é conduzida pelo Maestro Afonso Júlio Jales, garantindo a continuidade e a renovação das atividades musicais.

A Banda é composta por músicos de diversas faixas etárias, evidenciando seu caráter inclusivo, formativo e intergeracional. Destaca-se, inclusive, a permanência de integrantes com longa trajetória, como o Sr. Geraldo de Jesus Gomes, com mais de 70 anos de atuação na Corporação, o que reforça o valor histórico e humano da instituição.

As atividades da Corporação ocorrem de forma contínua ao longo de todo o ano, incluindo ensaios semanais da banda e a realização da Escolinha de Música, que oferece aulas regulares de musicalização para crianças, jovens e adolescentes, com turmas voltadas para instrumentos de sopro, percussão e flauta. Essas ações são fundamentais para a formação de novos músicos e para a manutenção da qualidade técnica do grupo.

Além das atividades formativas, a Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus desempenha papel ativo na vida cultural e social da comunidade, realizando apresentações frequentes em eventos religiosos, cívicos e culturais, contribuindo para o fortalecimento das tradições locais e para a promoção do acesso à cultura no distrito de Padre Viegas e região.

Entretanto, um dos principais desafios enfrentados atualmente é a insuficiência e a inadequação de instrumentos musicais, o que impacta diretamente na qualidade do ensino, dos ensaios e das apresentações realizadas. Instrumentos em condições precárias ou insuficientes dificultam o aprendizado, comprometem a evolução técnica dos alunos e limitam o desempenho artístico do conjunto. Dessa forma, a aquisição e manutenção de instrumentos musicais adequados tornam-se fundamentais para o fortalecimento das atividades da Corporação. Instrumentos de qualidade proporcionam melhor sonoridade, maior conforto na execução e contribuem significativamente para o desenvolvimento técnico e artístico dos músicos, além de possibilitar apresentações de maior nível, capazes de inspirar a comunidade e ampliar o alcance cultural da instituição.

Além disso, a necessidade de investimentos na infraestrutura da sede, aquisição de materiais de apoio, uniformes e custeio de atividades básicas — como serviços de limpeza, gêneros alimentícios e materiais de escritório — é essencial para garantir condições adequadas de funcionamento, assegurando a continuidade das ações desenvolvidas.

Assim, o presente plano de trabalho justifica-se pela relevância histórica, cultural e social da Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus, pela regularidade de suas atividades formativas e apresentações públicas, e pela necessidade de fortalecimento de sua estrutura, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural de Padre Viegas e para a formação cidadã por meio da música.

## Descrição da realidade:

O distrito de Padre Viegas, em Mariana/MG, possui uma forte tradição cultural, na qual a música ocupa papel de destaque como elemento de identidade e integração comunitária. Nesse contexto, a Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus se consolida como uma importante referência local, atuando há mais de um século na formação de músicos e na promoção da cultura.

A instituição desenvolve atividades contínuas, como ensaios semanais e a Escolinha de Música, que oferece aulas gratuitas de musicalização para crianças, jovens e adolescentes, contribuindo para a formação artística e cidadã dos participantes. Além disso, a Corporação realiza apresentações regulares em eventos religiosos, cívicos e culturais, desempenhando papel ativo na vida comunitária do distrito.

Para a manutenção e qualificação dessas atividades, faz-se necessário o fortalecimento de sua estrutura e das condições de funcionamento, garantindo a continuidade das ações e o desenvolvimento musical dos integrantes.

James



# Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus

Rua Pedro Marinho Gomes, nº67 – Padre Viegas – Mariana – MG – Brasil

Utilidade Pública: Lei Estadual n.º 7245 de 12/06/78-Lei Municipal n.º 949 de 12/09/91

CNPJ 21.103.551/0001-50 | cmscj1890@gmail.com



Público-alvo: <b>Músicos da Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus de Padre Viegas e comunidade</b>		Estimativa de pessoas atendidas: <b>120 pessoas</b>
---	--	--

### 3 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso (em reais) e descritivo das despesas

O repasse total será de R\$ 64.327,65 (sessenta e quatro mil trezentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos) e será utilizado nos seguintes itens/serviços conforme planilha detalhada abaixo:

#### Emenda: R\$ 21.442,82 (Vereador João Bosco)

Etapa 1		
Descritivo da despesa	Prazo de execução	Valor do investimento
Aquisição de instrumentos musicais	01/06 a 31/12/2026	R\$ 14.910,85
Serviços de limpeza do espaço de ensaios		R\$ 2.750,00
Material de escritório e papelaria		R\$ 1.146,80
Gêneros alimentícios e insumos de limpeza		R\$ 1354,35
Serviço de assessoria administrativa para execução de projeto	01/06 a 31/12/2026	R\$ 1.280,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 21.442,82</b>

#### Emenda: R\$ 42.885,65 (Vereador Samuel Freitas)

Etapa 2		
Descritivo da despesa	Prazo de execução	Valor do investimento
Aulas de iniciação musical – percussão, sopro e flauta – professor e monitor	01/06 a 31/12/2026	R\$ 17.500,00
Aquisição de uniformes (novos músicos)		R\$ 19.320,00
Gêneros alimentícios e insumos de limpeza		R\$ 3.145,65
Serviço de assessoria administrativa para execução de projeto	01/06 a 31/12/2026	R\$ 2.920,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 42.885,65</b>

### 5 – Objetivos, Metas e Resultados

#### Objetivo Geral:

Fortalecer as atividades culturais e formativas da Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus, no distrito de Padre Viegas, em Mariana/MG, por meio da melhoria de sua estrutura, da

*James*



# Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus

Rua Pedro Marinho Gomes, nº67 – Padre Viegas – Mariana – MG – Brasil

Utilidade Pública: Lei Estadual n.º 7245 de 12/06/78-Lei Municipal n.º 949 de 12/09/91

CNPJ 21.103.551/0001-50 | emscj1890@gmail.com

Comissão do Terceiro Setor  
Folha: 09  
[Assinatura]

qualificação dos recursos materiais e do apoio à manutenção da escolinha de música e das atividades regulares da banda.

## Objetivos Específicos:

- **Assegurar a continuidade das atividades da escolinha de música**, por meio da oferta regular de aulas de musicalização para crianças, jovens e adolescentes, nas modalidades de sopro, percussão e flauta.
- **Fortalecer a qualidade técnica das atividades musicais**, por meio da aquisição e manutenção de instrumentos musicais adequados ao ensino e às apresentações da banda.
- **Garantir a realização dos ensaios semanais da corporação**, promovendo a preparação contínua dos músicos e a melhoria do desempenho coletivo.
- **Apoiar a realização de apresentações musicais em eventos culturais, cívicos e religiosos**, contribuindo para a valorização da cultura local e o fortalecimento dos vínculos comunitários.
- **Melhorar as condições de funcionamento da sede da instituição**, por meio de ações de manutenção, pequenos reparos, limpeza e organização do espaço.
- **Disponibilizar materiais de apoio às atividades administrativas e pedagógicas**, incluindo materiais de escritório, limpeza e gêneros alimentícios.
- **Promover a identidade visual e a padronização da corporação**, por meio da confecção de uniformes para os integrantes.

## Meta(s):

- Manter a oferta regular da escolinha de música, com realização de, no mínimo, 02 aulas semanais, atendendo crianças, jovens e adolescentes nas modalidades de sopro, percussão e flauta, ao longo de todo o período de execução do projeto.
- Realizar ensaios semanais da corporação musical, com frequência mínima de 01 ensaio por semana, garantindo a preparação contínua dos músicos.
- Adquirir e/ou realizar a manutenção de instrumentos musicais, assegurando melhores condições de ensino, aprendizagem e execução musical.
- Realizar apresentações musicais em eventos locais, com participação da banda em, no mínimo, 06 eventos (culturais, religiosos ou cívicos) durante o período de execução.
- Confeccionar uniformes para os integrantes da corporação, promovendo a padronização visual e valorização da identidade institucional.
- Garantir a manutenção e conservação da sede, com realização de faxinas quinzenais e pequenos ajustes necessários ao funcionamento do espaço.
- Assegurar o fornecimento de materiais e insumos necessários, incluindo materiais de limpeza, gêneros alimentícios e materiais de escritório, ao longo de todo o período do projeto.

## Resultados esperados:

Continuidade das atividades da Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus, com a manutenção regular dos ensaios e das aulas da escolinha de música ao longo do período de execução.

Ampliação e qualificação do processo de formação musical de crianças, jovens e adolescentes, com melhores condições de ensino e aprendizagem.

Melhoria da qualidade sonora e do desempenho técnico da banda, a partir da aquisição e manutenção de instrumentos musicais adequados.

[Assinatura]



# Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus

Rua Pedro Marinho Gomes, nº67 – Padre Viegas – Mariana – MG – Brasil

Utilidade Pública: Lei Estadual n.º 7245 de 12/06/78-Lei Municipal n.º 949 de 12/09/91

CNPJ 21.103.551/0001-50 | cmscj1890@gmail.com

Realização de apresentações musicais em eventos culturais, cívicos e religiosos, fortalecendo a presença da corporação na comunidade e contribuindo para a valorização da cultura local. Melhoria das condições de funcionamento da sede da instituição, proporcionando um ambiente mais adequado para as atividades formativas e administrativas. Fortalecimento da identidade institucional da corporação, por meio da padronização dos uniformes dos integrantes. Garantia das condições básicas para execução das atividades, com disponibilização de materiais de apoio, insumos e manutenção do espaço. Contribuição para a preservação do patrimônio cultural imaterial de Padre Viegas, assegurando a continuidade das tradições musicais e o fortalecimento dos vínculos comunitários.



## 6 – Destinação dos Bens Duráveis Remanescentes

Caso a Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus deixe de existir, os bens serão destinados à Amabandas.

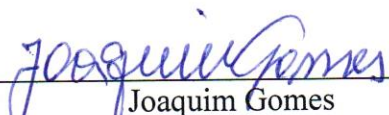
## 7 – Responsável pela Prestação de Contas

<b>Nome do Responsável:</b> Águeda Maria Gomes dos Anjos	<b>CPF:</b> 099.499.286-64	<b>C.I.</b> MG-15.654.522 SSP MG	<b>Cargo:</b> Tesoureira
<b>Endereço do Responsável:</b> Rua Pedro Paulo, 105, Padre Viegas	<b>CEP:</b> 35.428-700	<b>Telefone de contato:</b> (31) 9 8424-2423	

## 8 – Documentação

<input checked="" type="checkbox"/> Estatuto da Entidade
<input checked="" type="checkbox"/> Cartão de CNPJ
<input checked="" type="checkbox"/> Quadro Diretivo da Entidade (Posse da Diretoria)
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão de Regularidade Fiscal (Receita Federal)
<input checked="" type="checkbox"/> Outros – Especificar: CRF FGTS; CND Estadual; CND Trabalhista; CND Municipal; Extrato bancário.

Mariana, 20 de março de 2026.

  
\_\_\_\_\_  
Joaquim Gomes  
Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

## TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 032/2026

### TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA E CORPORACÃO MUSICAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, CEP 35420-003, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Juliano Vasconcelos Gonçalves, e a Organização da Sociedade Civil **CORPORACÃO MUSICAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Pedro Marinho Gomes, Nº 67, Distrito Padre Viegas - Mariana/MG, CEP 35420-000, inscrita no CNPJ sob o nº 21.103.551/0001-50, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Joaquim Gomes, portadora do CPF nº 164.XXX.986-XX, doravante denominada OSC, doravante denominada OSC, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO decorrente de Emenda Impositiva, se fundamenta nas disposições da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, Decreto Municipal nº 12.717/2026 e Lei Municipal nº 4.071, de 23/12/2025 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2026. Esse Termo baseia-se nas informações contidas no Processo Administrativo nº 3523/2026, relativo ao procedimento de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA à OSC destinado a dar apoio financeiro para aquisição de instrumentos, uniformes, serviços de limpeza, gêneros alimentícios, além de aulas de iniciação musical e assessoria administrativa, definido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO

3.1 - As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão executadas pela OSC sob supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO que realizará o controle e fiscalização.

3.2 - Ficam reservados à SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO os direitos de assunção do objeto do presente termo, a qualquer tempo, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar-lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

3.3 - Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados por meio da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mariana - DOEM serão os seguintes: GESTOR, Carlos Roberto da Silva e Pedro Henrique Ferreira Chaves.

3.4 - Ao Gestor qualificado no item 3.3 deste instrumento, compete realizar todas as atividades previstas no Decreto Municipal nº 11.806/2024, em especial nos artigos 54; 71 a 73; e 75 a 77.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 - A sistemática de monitoramento e avaliação desta parceria, observará os procedimentos delineados na Seção VII, do Capítulo V, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

4.2 - O Gestor poderá promover visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, podendo notificar a OSC com antecedência em relação à data da visita, observando o estabelecido em Ato Normativo Setorial, se houver.

4.3 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais

na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

4.4 - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.

4.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria nº 002, de 14/01/2026 e alterações posteriores, atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

4.6 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que deverá conter os elementos elencados no art. 73, § 1º, incisos I ao VI, Decreto Municipal nº 11.806/2024.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA DOTAÇÃO**

5.1 - Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a OSC, que ocorrerá após assinatura do presente termo e conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

5.2 - O valor global dos recursos públicos da parceria é de **R\$ 64.328,47 (sessenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos)**, oriundos dos recursos financeiros da SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO na dotação orçamentária nº **24.001.13.392.0013.2.672.335041 recurso 1500.623 ficha 568**, que serão depositados em conta bancária específica.

5.3. A liberação dos recursos ocorrerá em uma única parcela, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho a que se refere este TERMO DE COLABORAÇÃO.

5.4. Fica declarado pelo Secretário Municipal, signatário deste termo, que em eventuais termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, quando se tratar de Termo de COLABORAÇÃO.

## **CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA**

6.1 - Este instrumento entra em vigor a partir de **15 de maio de 2026** e terá vigência até **31 de dezembro de 2026**.

6.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

6.3 - A vigência poderá ser alterada por prorrogação de ofício, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa a atraso na execução do objeto, limitada ao exato período do atraso e antes do término da vigência da parceria.

6.4 - A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à OSC.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

7.1 - A liberação dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, em consonância com o cronograma de execução.

7.2 - No caso de o cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, a liberação de cada parcela só ocorrerá após:

7.2.1 - A OSC apresentar a prestação de contas das parcelas anteriores – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e da Cláusula Décima deste termo;



7.2.2 - A SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO, responsável pela parceria, verificará a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38, do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

7.2.3 - Ateste do gestor da parceria; e

7.2.4 - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas anual ao término de cada exercício.

7.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:**

### **8.1 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, através da SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO:**

8.1.1 - Transferir para a conta específica da parceria os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

8.1.2 - Acompanhar a execução da parceria, avaliando os seus resultados e reflexos;

8.1.3 - Zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, inclusive no que refere à Transparência e Controle, conforme disposto no Capítulo II, desse Decreto, e demais atos normativos aplicáveis;

8.1.4 - Apreciar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria;

8.1.5 - Orientar a OSC quanto à prestação de contas, inclusive fornecendo normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos;

8.1.6 - Analisar e julgar as contas apresentadas pela OSC;

8.1.7 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;

8.1.8 - Prorrogar de ofício a vigência do termo sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;

8.1.9 - Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do termo, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pela OSC, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

8.1.10 - Não realizar, nem autorizar qualquer tipo de publicidade atinente à presente parceria, nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral municipal, nos termos do art.73, inciso VI, "b" da Lei nº 9.504/1997, e observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a referida Lei.

### **8.2 - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

8.2.1 - Executar a parceria com estrita observância ao plano de trabalho e das cláusulas pactuadas neste termo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 60, do Decreto Municipal



nº 11.806/2024.

8.2.2 - Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Decreto Municipal nº 11.806/2024, Capítulo VI, Seções II a V.

8.2.3 - Devolver, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO.

8.2.4 - Restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:

8.2.4.1 - Quando não for executado o objeto deste TERMO;

8.2.4.2 - Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;

8.2.4.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO ou fora de seu prazo de vigência;

8.2.4.4 - Nos demais casos previstos no Decreto Municipal nº 11.806/2024 e na Lei nº 13.019, de 2014.

8.2.5. Manter registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

8.2.6. Abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste termo e em conformidade com o Plano de Trabalho.

8.2.6.1 - Manter e movimentar os recursos recebidos na conta bancária, de que trata o item 8.2.6, deste termo, nos termos do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

8.2.6.2 - Manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto nos itens 8.2.6 e 8.2.6.1, deste termo.

8.2.6.3 - Declarar expressamente a ciência das obrigações de que tratam os itens 8.2.6 a 8.6.2, deste termo, bem como informar a conta aberta para receber o recurso como exclusiva para a sua movimentação, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

8.2.7. - Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

8.2.8. Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste termo.

8.2.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, relacionados à execução do objeto previsto, neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.



8.2.10. Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria.

8.2.11. Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aos documentos e informações relacionadas ao presente termo, aos locais de execução do respectivo objeto, bem como de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente.

8.2.12. Divulgar, em página da OSC na internet, caso mantenha, inclusive em redes sociais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações exigidas no § 1º, incisos I ao V, do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.13. Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste termo.

8.2.14. Observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, assim como não realizar despesas com publicidade de qualquer natureza nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea "b" da mesma Lei.

8.2.14.1. Com exceção do período eleitoral de que trata o item 8.2.14, deste termo, poderá realizar publicidade relativamente à parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal / Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

## **CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS**

9.1 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, neste termo.

9.2 - Poderão ser pagas, dentre outras necessárias, com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.2.1 - Remuneração da equipe de trabalho, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, relativos ao período de vigência da parceria;

9.2.2 - Custos indiretos, tais como, despesas com internet, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis.

9.3 - Não poderão serem pagas com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.3.1 - Despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.3.2 - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3.3 - Despesa cujo fato gerador não tenha ocorrido durante a vigência do instrumento da parceria;

9.3.4 - Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal na liberação de recursos financeiros.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**



10.1 - A prestação de contas será o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria visando a demonstração e verificação do cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo a fase de apresentação das contas, de responsabilidade da OSC e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, observado o disposto no Capítulo VI do Decreto municipal nº 11.806/2024, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

10.2 - A OSC fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá ser apresentada observando o disposto na cláusula sétima, deste termo, nos moldes e prazos dispostos a seguir:

10.2.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como os demais documentos elencados no art. 81 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada etapa do cronograma de execução, em consonância com o cronograma de desembolso aprovado;

10.2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL: deverá conter os documentos elencados no inciso I do § 2º do art. 84, do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada;

10.2.3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: deverá conter os documentos de que trata o art. 86 c/c o art. 87, incisos I, II e § 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e, sem prejuízo da prestação de contas anual, deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.2.3.1 - Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC deverá apresentar os documentos de que o item 10.2.2, deste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do instrumento.

10.2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ÚNICA: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como dos demais documentos elencados no art. 92 c/c o art. 93, incisos I, II e parágrafo único, todos do Decreto municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.3. A SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO, em sua análise, deverá considerar, além da prestação de contas de responsabilidade da OSC, os seguintes relatórios elaborados internamente, conforme o caso:

10.3.1 - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

10.3.2 - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

10.3.3 - Os resultados das pesquisas de satisfação.

10.4 - A análise da prestação de contas de que trata o item 10.3, deste termo, não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, entretanto, o cumprimento, pela OSC, do disposto nesta cláusula e nos itens 7.2 a 7.2.4, deste termo, é condição indispensável para a liberação dos repasses de recursos.



10.5 - O descumprimento do disposto nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas neste termo.

10.6 – A prestação e contas deve obedecer, no que couber, o que diz o Decreto Municipal 12.163 de 1 de fevereiro de 2025, especificamente nos artigos 18 e seguintes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES**

11.1 - Na hipótese de descumprimento por parte da OSC, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas no art. 104 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, observadas as demais disposições contidas nos arts. 105 a 116, do referido Decreto.

11.2 - Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

11.2.1 – Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.2.2 – A Rescisão poderá ocorrer, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção:

11.2.2.1 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC;

11.2.2.2 - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

11.2.2.3 - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

11.2.2.4 - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

11.2.2.5 - Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

12.1 - Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste termo serão de total responsabilidade da OSC, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana - DOEM, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

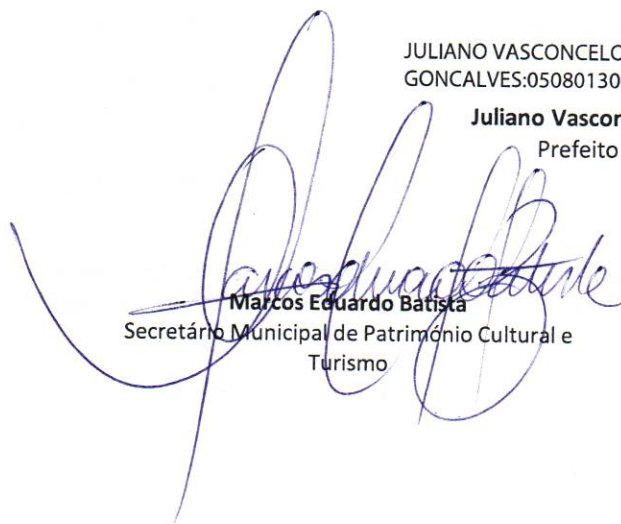
achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana, 15 maio de 2026.

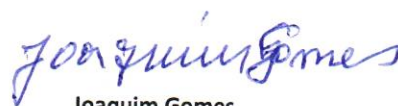
JULIANO VASCONCELOS  
GONCALVES:05080130628

Digitally signed by JULIANO VASCONCELOS GONCALVES 05080130628  
DN: cn=DR, ou=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A3, ou=Presencial,  
ou=25395277900111, ou=AC-SyngadeM, ou=Alpha, ou=JULIANO  
VASCONCELOS GONCALVES 05080130628  
Date: 2026.05.20 13:20:28 -03'00'

**Juliano Vasconcelos Gonçalves**  
Prefeito Municipal



**Marcos Eduardo Batista**  
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e  
Turismo



**Joaquim Gomes**  
Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus

## ANEXO I

### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, **Joaquim Gomes**, portadora do CPF nº 164.XXX.986-XX, residente á Rua Aníbal Walter, nº 111, Bairro Centro, Mariana/MG, CEP 35420-123, na condição de Presidente da OSC **CORPORAÇÃO MUSICAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**, CNPJ nº 21.103.551/0001-50, DECLARO SOB AS PENAS DA LEI:

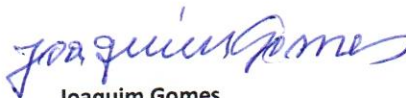
a) Estar ciente de que é minha a responsabilidade de abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, bem como informar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da abertura da conta bancária, com os respectivos dados para depósito;

b) Estar ciente de que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetuará o depósito dos recursos, unicamente na conta bancária específica, nos termos declarados na letra "a", para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) Estar ciente de que toda a movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outras formas regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, salvo na hipótese de impossibilidade de pagamento por qualquer dos meios mencionados, desde de que previsto e justificado no plano de trabalho;

d) Estar ciente que, enquanto não utilizados, devo manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Mariana, 15 de maio de 2026.



**Joaquim Gomes**  
Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus  
Presidente da OSC